

RECURSO ESPECIAL Nº 1.848.811 - RJ (2019/0341975-6)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
RECORRENTE : SC2 SHOPPING PRAIA DA COSTA S.A.
OUTRO NOME : SC2 SHOPPING PRAIA DA COSTA LTDA
RECORRENTE : SPE.SCP - JACAREPAGUA I LTDA
ADVOGADO : DANIEL CAMPANÁRIO LEIBINGER - RJ132616
RECORRIDO : PAULO RAFAEL GODINHO LUZZI
ADVOGADOS : RODOLFO PAES DE ANDRADE BORZONE - RJ139963
VICTOR DA SILVA CARVALHO - RJ211951

DECISÃO

Trata-se de recurso especial, interposto pela SC2 SHOPPING PRAIA DA COSTA S.A, com fundamento no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, contra acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. RELAÇÃO DE CONSUMO. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MATERIAIS E MORAIS. PROMESSA DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL RESIDENCIAL. ALEGAÇÃO DE ATRASO NA ENTREGA DO IMÓVEL E DE PENDÊNCIA DE FINANCIAMENTO DO SALDO DEVEDOR, SOBRE O QUAL TERIA INCIDIDO ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DURANTE O ATRASO. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. SEGUNDO APELO QUE NÃO MERECE ACOLHIDA. ATRASO NA ENTREGA DAS CHAVES QUE É FATO INCONTROVERSO. FORTUITO INTERNO. RISCO DO EMPREENDIMENTO. ESCLARECIMENTOS PERICIAIS ACOLHIDOS PELO MAGISTRADO COMO FUNDAMENTO DE DECIDIR, NOS TERMOS DO ARTIGO 479 DO CPC/2015. CONCLUSÃO DO EXPERT QUE NÃO DEVE SER DESCARTADA OU ALTERADA. LIQUIDAÇÃO MANTIDA. PRIMEIRO APELO IGUALMENTE DESPROVIDO. DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS DOS DANOS MATERIAIS QUE NÃO PODEM SER JUNTADOS NA FASE DE LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA, QUE SE PRESTA A APURAR O QUANTUM DEBEATUR E NÃO A EXISTÊNCIA DO DIREITO EM SI. QUANTUM INDENIZATÓRIO QUE SE MANTÉM. MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS EM FACE DAS SEGUNDAS APELANTES. INCIDÊNCIA DOS §§ 1º, 2º E 11 DO ARTIGO 85, DO CPC/2015. DESPROVIMENTO DOS APELOS. (fl. 706)

Os embargos de declaração restaram rejeitados.

Em suas razões recursais, a recorrente aponta, além de divergência jurisprudencial, violação dos arts. 1.022 do NCPC, 944, *caput* e parágrafo único, do CC/02 e 6º da LICC e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, além de negativa de prestação jurisdicional, a ausência do dever de indenizar a título de dano moral, porquanto o mero descumprimento contratual não é apto a ensejar o referido dano, além da necessidade de redução do *quantum* indenizatório.

Aduz, ainda, a impossibilidade de alteração do índice de correção monetária previsto no contrato celebrado entre as partes.

Apresentadas contrarrazões às fls. 814-821.

É o relatório.

Passo a decidir.

A irresignação não prospera.

Inicialmente, não prospera a alegada ofensa ao art. 1.022 do Código de Processo Civil, tendo em vista que o v. acórdão recorrido, embora não tenha examinado individualmente cada um dos argumentos suscitados pela parte, adotou fundamentação suficiente, decidindo integralmente a controvérsia.

É indevido conjecturar-se a existência de omissão, obscuridade ou contradição no julgado apenas porque decidido em desconformidade com os interesses da parte. No mesmo sentido podem ser mencionados os seguintes julgados: AgRg no REsp 1.170.313/RS, Rel. Min. **LAURITA VAZ**, DJe de 12/4/2010; REsp 494.372/MG, Rel. Min. **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**, DJe de 29/3/2010, AgRg nos EDcl no AgRg no REsp 996.222/RS, Rel. Min. **CELSO LIMONGI** (Desembargador convocado do TJ/SP), DJe de 3/11/2009.

Além disso, no tocante à tese de ausência do dever de indenizar a título de dano moral, verifica-se que o referido tema não fora suscitado pela insurgente em razões do recurso de apelação, a qual aduziu, tão-somente, a tese de necessidade de redução do montante indenizatório arbitrado, dessa forma, descabível a análise do referido tema em sede de recurso especial, sob pena de supressão de instância, visto tratar-se de inovação recursal.

No que tange à violação do art. 6º da LICC, a jurisprudência desta Corte

sedimentou-se no sentido de que a matéria do aludido dispositivo possui índole constitucional, motivo pelo qual é vedada sua análise em sede de recurso especial.

Nesse sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC. INEXISTÊNCIA. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO OPOSTOS NA ORIGEM. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. VIOLAÇÃO DO ART. 6º DA LINDB. MATÉRIA DE ÍNDOLE CONSTITUCIONAL. CONSONÂNCIA DO ACÓRDÃO RECORRIDO COM A JURISPRUDÊNCIA DESTA CORTE. SÚMULA 83/STJ. ARTS. 1.062 E 1.063 DO CC/16. FALTA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULAS 282/STF E 356/STF. AUSÊNCIA DE CONFIGURAÇÃO DO DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 535 do Código de Processo Civil pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio, afigurando-se dispensável que venha examinar uma a uma as alegações e fundamentos expendidos pelas partes.

2. Em regra, não cabe ao Superior Tribunal de Justiça apreciar a alegação de afronta ao art. 6º da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (antiga Lei de Introdução ao Código Civil), porquanto após 1988, com o advento da vigente Constituição da República, os princípios referentes à coisa julgada, ao ato jurídico perfeito e ao direito adquirido passaram a ser de índole eminentemente constitucional.

[...]

6. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 174.588/RJ, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 16/12/2014, DJe 19/12/2014)

Por fim, no que diz respeito ao *quantum* indenizatório, o Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Nesse sentido: AgRg no REsp 971.113/SP, Quarta Turma, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 8/3/2010; AgRg no REsp 675.950/SC, Terceira Turma, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, DJe de 3/11/2008; AgRg no Ag 1.065.600/MG, Terceira Turma, Rel. Min. **MASSAMI UYEDA**, DJe de 20/10/2008.

Superior Tribunal de Justiça

A respeito do tema, salientou o eminente Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**: "*A intromissão do Superior Tribunal de Justiça na revisão do dano moral somente deve ocorrer em casos em que a razoabilidade for abandonada, denotando um valor indenizatório abusivo, a ponto de implicar enriquecimento indevido, ou irrisório, a ponto de tornar inócua a compensação pela ofensa efetivamente causada*" (REsp 879.460/AC, Quarta Turma, DJe de 26/4/2010).

Com efeito, somente é possível a revisão do montante da indenização nas hipóteses em que o *quantum* fixado for exorbitante ou irrisório, o que, no entanto, não ocorreu no caso em exame. Isso, porque o valor da indenização por danos morais, arbitrado em R\$ 7.000,00 (sete mil reais) não é exorbitante nem desproporcional aos danos suportados pela parte recorrida.

Diante do exposto, nos termos do art. 255, § 4º, II, do RISTJ, nego provimento ao recurso especial.

Com supedâneo no art. 85, § 11, do Código de Processo Civil, majoro os honorários advocatícios devidos à parte recorrida de 15% sobre o valor da condenação para 16% do respectivo valor.

Publique-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

Ministro RAUL ARAÚJO
Relator